

## Supremo

## Cármén vai conduzir investigação de fake news sobre enchentes no RS

RAYSSA MOTTA

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), vai conduzir o inquérito aberto a pedido do governo federal para investigar a disseminação de notícias falsas envolvendo as enchentes no Rio Grande do Sul. A investigação, que tramita em sigilo, foi distribuída ao gabinete da ministra por sorteio. Como relatora, ela tem a atribuição de analisar todos os pedidos de produção de provas – como depoimentos, buscas, quebras de sigilo e prisões – que venham a ser apresentados pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Embora o ministro Alexandre de Moraes já esteja à frente do inquérito das fake news, que se debruça sobre notícias falsas e ameaças antidemocráticas, a nova investigação sobre desinformação envolvendo as enchentes foi instaurada como um processo autônomo. A apuração que está nas mãos de Moraes foi instaurada por ordem do então presidente do tribunal, Dias Toffoli, e se tornou uma das primeiras ofensivas do STF contra a base de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O inquérito completou cinco anos.

**PEDIDO.** A investigação que ficará nas mãos de Cármén Lúcia foi aberta após um pedido da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), que cobrou providências do Ministério da Justiça e Segurança Pública contra “narrativas desinformativas e criminosas” que estariam afetando a “credibilidade” de instituições como as Forças Armadas e o governo federal.

“Solicito que providências cabíveis sejam tomadas pelos órgãos competentes deste ministério, tanto para apuração dos ilícitos ou eventuais crimes relacionados à disseminação de desinformação e individualização de condutas quanto para reforçar a credibilidade e a capacidade operacional das nossas instituições em momentos de crise”, diz o ofício assinado pelo ministro Paulo Pimenta, chefe da Secom.

O documento menciona publicações do deputado Eduard Bolsonaro (PL-SP), do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) e de influenciadores de direita. Opositores do governo reagiram e acionaram a PGR. Eles alegam que há uma tentativa de “censura” a críticas legítimas.

O combate à desinformação tem sido um das maiores prioridades do trabalho da ministra

no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ela assume a presidência da Corte em junho, para organizar as eleições municipais. Foi Cármén Lúcia quem elaborou, por exemplo, a resolução que proibiu a disseminação de fake news manipuladas

por inteligência artificial, as chamadas deep fakes, e abriu caminho para punir plataformas que não removerem conteúdos falsos com agilidade. ●

LULA QUER SUSPENDER DÍVIDA POR 3 ANOS E CRIAR FUNDO DE R\$ 1 BL. PÁG. A14



NELSON JR./SCO/STF

Inquérito foi distribuído por sorteio para a ministra Cármén Lúcia

## INFORME PUBLICITÁRIO

**Sras. Deputadas e Srs. Deputados, A SOBREVIVÊNCIA DO VAREJO E DA INDÚSTRIA NACIONAL E SEUS EMPREGOS ESTÁ EM SUAS MÃOS!**

**Diga sim ao relatório do deputado Átila Lira ao PL 914/24!**

**18 milhões de postos de trabalho na Indústria e no Varejo nacional estão EM RISCO por pagarem 90% em impostos, enquanto as plataformas internacionais de e-commerce só contribuem com 17% de ICMS.**

O segmento brasileiro da Indústria e do Varejo pede o apoio de todas as deputadas e deputados federais ao relatório do deputado Átila Lira sobre o projeto de lei 914/24, que prevê o fim da isenção de imposto de importação no envio de encomendas feitas por meio de plataformas de e-commerce internacionais. A proposta atende aos apelos de todo o setor varejista e produtivo brasileiro, que enfrenta, desde agosto de 2023, UMA LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA, em um cenário de total desequilíbrio entre os impostos cobrados da Indústria e do Varejo atuantes no Brasil e das plataformas de e-commerce internacionais.

Esta absoluta falta de isonomia tributária foi gerada pela edição de portaria do governo federal que isentou do imposto de importação as vendas feitas por estas plataformas internacionais até o limite de US\$ 50. Estas PLATAFORMAS DE E-COMMERCE PAGAM APENAS O ICMS DE 17%, enquanto INDÚSTRIA E VAREJO SUPORTAM ELEVADA CARGA TRIBUTÁRIA, PRÓXIMA A 90%. Lembrando que o fiquete médio de vendas da maior parte do Varejo é inferior aos US\$ 50, que equivalem a aproximadamente R\$ 250. Ou seja, estas plataformas estrangeiras usufruem hoje de UMA INÉDITA RESERVA DE MERCADO ÀS AVESSES, na qual elas têm uma isenção de um imposto, o de importação, que sempre existiu (não é imposto novo!), o que torna os preços de seus produtos inalcançáveis para o mercado nacional. Ainda que o varejo nacional importe produtos, o fará pagando os mesmos 90% de impostos. É INACEITÁVEL ESTA INJUSTIÇA TRIBUTÁRIA!!! ESTAMOS ACELERANDO AINDA MAIS A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS, NA CONTRAMÃO DOS PLANOS ANUNCIADOS PELO GOVERNO.

A situação atual estabeleceu uma concorrência absolutamente desigual, que tem levado ao FECHAMENTO DE EMPRESAS, ESPECIALMENTE PEQUENAS E MÉDIAS, E, consequentemente, DE MILHARES DE POSTOS DE TRABALHO. Lembrando que o varejo é o MAIOR EMPREGADOR PRIVADO BRASILEIRO, COM MAIS DE 10 MILHÕES DE VAGAS, ocupadas, na esmagadora maioria dos casos, por mulheres. Outros 8 MILHÕES DE EMPREGOS SÃO GERADOS PELA INDÚSTRIA NACIONAL. O que temos hoje é uma absurda política DE EXPORTAÇÃO DE EMPREGOS DE BRASILEIROS PARA O EXTERIOR! Essa isenção apenas para as plataformas estrangeiras cria uma política industrial “Zero Imposto / Zero Emprego”, o que forçará a transferência da produção e da prática do varejo para fora do país, destruindo milhões de empregos e desperdiçando a geração de bilhões de riqueza ao nosso país.

Para fundamentar o nosso apelo aos parlamentares, além de ressaltar a relevância social e econômica do setor produtivo brasileiro, é preciso esclarecer as INVERDADES que AS PLATAFORMAS ESTRANGEIRAS E SUA MÁQUINA DE PROPAGANDA têm espalhado sobre o tema - em entrevistas

de executivos das multinacionais recheadas de AMEAÇAS INFUNDADAS, visando INTIMIDAR O VOTO LIVRE DOS DEPUTADOS.

A mais grave ameaça das plataformas internacionais de e-commerce aos deputados, com base em fake news, diz que, se elas passarem a ter a mesma carga tributária de 90% carregada pelo setor produtivo brasileiro, IRÃO REVER OS SEUS PLANOS DE ATUAÇÃO NO BRASIL. ENQUANTO ISSO, O SETOR PRODUTIVO NACIONAL, JÁ SUBMETIDO A ESTA MESMA CARGA TRIBUTÁRIA, CONTINUA INVESTINDO E ACREDITANDO NO BRASIL. Comprova-se aqui que a maior vantagem competitiva das plataformas internacionais é a isenção dos impostos e não o seu modelo de negócios, como elas alegam. Por outro lado, a indústria e o varejo nacional geram milhões de empregos e bilhões em impostos. QUAL O OBJETIVO DO ESTADO BRASILEIRO EM INDUZIR O CONSUMO SOMENTE NAS PLATAFORMAS INTERNACIONAIS? O QUE ESTÁ POR TRÁS DESTES BENEFÍCIOS APENAS A EMPRESAS ESTRANGEIRAS?

Mas vejamos O QUE PENSAM OS BRASILEIROS. Pesquisa do Instituto Locomotiva com consumidores de todo o país, realizada em dezembro de 2023, mostra que, entre os que afirmam consumir produtos dos sites internacionais,

**“84% prefeririam comprar de empresas que geram trabalho e renda para os brasileiros” – da indústria e do varejo nacionais.**

Ou seja, os que compram das plataformas estrangeiras o fazem em função da absurda disparidade tributária em favor dos preços dos produtos brasileiros. Agora, SE O OBJETIVO É BARATEAR PRODUTOS PARA OS MAIS POBRES, QUE SE REDUZA, JÁ, OS IMPOSTOS DAS EMPRESAS NACIONAIS a apenas os 17% de ICMS pagos pelas plataformas, o que teria apoio unânime do setor produtivo.

Assim, DESFEITAS AS INVERDADES usadas para indevidamente pressionar os representantes do povo brasileiro, APELAMOS AOS DEPUTADOS FEDERAIS PARA QUE NÃO DESPERDIÇEM ESTA OPORTUNIDADE DE SALVAR A ATIVIDADE ECONÔMICA E OS EMPREGOS DO VAREJO E DA INDÚSTRIA NACIONAL!

**DEPUTADAS E DEPUTADOS, VOTEM SIM AO RELATÓRIO DO DEPUTADO ÁTILA LIRA sobre o projeto de lei 914/24!**

ABACOM – Associação Brasileira do Comércio Eletrônico  
ABEVD – Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas  
ABICALCADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados  
ABIESV – Associação Brasileira da Indústria de Equipamentos e Serviços para o Varejo  
ABINPE – Associação Brasileira da Indústria da Higiene, Perfumaria e Cosméticos  
ABINRE – Associação Brasileira da Indústria Bêlica e Eletrônica  
ABIOPTICA – Associação Brasileira das Indústrias Ópticas  
ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção  
ABLOS – Associação Brasileira dos Lojistas de Shopping  
ABMELA – Associação Brasileira de Shop-Malls  
ABMAPRO – Associação Brasileira de Marcas Próprias e Licenciamento  
ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Açúcar  
ABRASC – Associação Brasileira de Shopping Centers  
ABRINO – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos  
ABRITEX – Associação Brasileira do Varejo Têxtil  
ACB – Associação Comercial da Bahia  
ACSP – Associação Comercial de São Paulo  
ALBORAS – Associação dos Lojistas do Brasil  
ALSHOP – Associação Brasileira de Lojistas de Shopping

AMPE – BRUESQUE – Associação de Micro e Pequenas Empresas de Brásque e Região  
APICE – Associação pela Indústria e Comércio Exportador  
ASINTETICAL – Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artfatos  
CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil  
CEAB – Círculo Empresarial Argentino-Brasileiro do Rio Grande do Sul  
CICB – Centro das Indústrias de Culinária do Brasil  
CONTRIV – Confederação Nacional dos Trabalhadores/as do Rêgo Vestuário  
ELEIETOR – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos  
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo  
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina  
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul  
FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo  
FECOL – RN – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Norte  
FEDERABRUL – Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul  
FEBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal  
FIEB – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
FIEM – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná  
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul  
FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte  
FIESE – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
FINDEB – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo  
ITEMAVEIT – Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Malharia, Vestuário, Calçados e Acessórios da Serra Gaúcha  
FORÇA SINDICAL – Força Sindical  
IDV – Instituto para Desenvolvimento do Varejo  
IUB – Instituto Unidos Brasil  
SIPT – MG – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de Minas Gerais  
SIFTEX – Sindicato Patronal Têxtil – Brásque, Botafava e Quatubura  
SIMMESB – BA FIAÇÃO E TECELAGEM – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado da Bahia  
SINDITEX – BA – Fiação e Tecelagem  
SINDIOJAS – Sindicato do Comércio Lojista de Belo Horizonte  
SINDIMANHAS – Sindicato das Indústrias Têxteis de Manaus no Estado do AM  
SINDIMEIAS – Sindicato das Indústrias de Meias  
SINDITEC – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem

SINDITEXTIL – CE – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Ceará  
SINDITEXTIL – PE – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de Pernambuco  
SINDITEXTIL – RJ – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro  
SINDITEXTIL SP – Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo  
SINDIVEST – ALAGOAS – Sindicato das Indústrias do Vestuário de Alagoas  
SINDIVEST – BRASQUE, BOTUVERA, GUABIRUBA E NOVA TRENTO – Sindicato das Indústrias do Vestuário – Brásque, Botuvera, Guatubura e Nova Trento e Nova Trento  
SINDIVEST – MG – Sindicato das Indústrias do Vestuário de Minas Gerais  
SINDIVEST – NOVA FRIBURGO E REGIÃO – Sindicato das Indústrias do Vestuário Nova Friburgo e Região  
SINDIVEST – BAHIA – Sindicato das Indústrias do Vestuário da Bahia  
SINDIVEST – MARINGÁ – Sindicato das Indústrias do Vestuário de Maringá  
SITEROS – Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado do Rio Grande do Sul  
SIVALE – Sindicato das Indústrias do Vestuário de Apucarana e Vale do Ivaí  
SIVERGS – Indústria do Vestuário do Estado do Rio Grande do Sul  
TID BRASIL – Instituto Trabalho, Indústria e Desenvolvimento  
UGT – União Geral dos Trabalhadores

NOTA: NÃO DESPERDIÇEM ESTA OPORTUNIDADE DE SALVAR A ATIVIDADE ECONÔMICA E OS EMPREGOS DO VAREJO E DA INDÚSTRIA NACIONAL! VOTEM SIM AO RELATÓRIO DO DEPUTADO ÁTILA LIRA sobre o projeto de lei 914/24!

pressreader